

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA: ADMINISTRATIVA

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e discursiva é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(Chargista Ricardo Manhães. <https://ndmais.com.br/opiniaio/charges>, 31.03.2023)

01. O diálogo entre os mosquitos permite concluir corretamente que

- (A) as medidas de combate à dengue deixam-nos aprensivos.
- (B) a disseminação da dengue é algo em que eles não creem.
- (C) os casos confirmados negam de fato o avanço da dengue.
- (D) a dengue é um problema que eles preferem ignorar por ora.
- (E) o avanço da dengue é fato inconteste e pode recrudescer.

02. Na frase – E se bobear chega a mil facinho! –, a palavra “se” tem o mesmo emprego que a destacada em:

- (A) O agente de saúde visitou as casas e queria saber **se** as famílias estavam tomando todas as precauções necessárias para combater a dengue.
- (B) Os moradores do local resolveram ajudar no combate à dengue e **se** puseram a procurar os focos do mosquito, eliminando-os o mais rápido possível.
- (C) Muitos focos da dengue foram eliminados em vários bairros da cidade, encontrando-**se** os mosquitos em locais onde pensavam que eles não estariam.
- (D) A população prometeu acabar com a dengue no bairro e, depois de muita ação contra os focos da doença, alcançaram seu objetivo e **se** abraçaram felizes.
- (E) O combate à dengue dependerá de todos, **se** houver empenho para exterminar o mosquito, que facilmente prolifera nos locais onde há água parada.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

Dengue prevista

A dengue é uma doença periódica e cíclica: os casos crescem no verão e há picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos. Trata-se, portanto, de enfermidade de atuação previsível. Supõe-se que o poder público se adiantaria com medidas de prevenção e tratamento. Contudo, há décadas os números de casos e mortes só aumentam no Brasil.

Entre 2000 e 2010, foram registrados 4,5 milhões de ocorrências e 1.869 óbitos. Na década seguinte, os números saltaram para 9,5 milhões e 5.385, respectivamente. O primeiro semestre deste ano registra 1,4 milhão de casos, ante 1,5 milhão em 2022. A tendência é piorar.

Segundo a OMS, urbanização descontrolada e sistema sanitário precário contribuem para o descontrole da moléstia.

No Brasil, cerca de 50% da população não tem acesso a redes de esgoto, em grande parte devido à ineficiência estatal, que só agora começa a mudar com o novo marco do setor. E o desmatamento para a construção de moradias irregulares grassa nos grandes centros. A dimensão de áreas verdes derrubadas para esse fim na cidade de São Paulo atingiu, nos primeiros dois meses de 2023, 85 hectares.

Neste ano, o município já conta com 11.444 casos de dengue – 3,7% a mais em relação ao mesmo período de 2022. Dez pessoas morreram, o maior número em oito anos, quando houve pico epidêmico.

A OMS ressaltou a importância da vacinação. Mas, devido à burocracia, o Brasil protela a distribuição do imunizante japonês Qdenga – já aprovado para venda pela Anvisa – no sistema público de saúde.

O combate à dengue deve ser contínuo, não apenas no verão, e em várias frentes complementares (saúde, infraestrutura e moradia). Com o alerta da OMS, espera-se que o poder público, local e federal, se prepare para receber as consequências do fenômeno climático El Niño.

(Editorial. *Folha de S. Paulo*, 27.07.2023. Adaptado)

03. O editorial enfatiza que o aumento dos casos de dengue é

- (A) sazonal, dispensando atenção sistemática das instâncias governamentais, uma vez que os picos epidêmicos têm sido satisfatoriamente controlados.
- (B) desesperador, aumentando a insegurança da população que se vê acuada nos picos epidêmicos da doença, mesmo com prevenção e tratamento.
- (C) esperado, configurando um problema de saúde pública que deve ser combatido por meio de frentes complementares orquestradas pelo poder público.
- (D) improvável, o que dispensa o poder público de organizar os mecanismos de prevenção, como a vacinação da população com o imunizante japonês Qdenga.
- (E) insignificante, uma vez que as consequências do El Niño para a população não afetam o sistema de saúde, a infraestrutura e a moradia do país.

04. Considere as passagens:

- E o desmatamento para a construção de moradias irregulares **grassa** nos grandes centros. (4º parágrafo)
- ... o Brasil **protela** a distribuição do imunizante japonês Qdenga... (6º parágrafo)
- O combate à dengue deve ser **contínuo**... (7º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) amplia-se; retarda; irregular.
- (B) difunde-se; prioriza; infrequente.
- (C) combate-se; cancela; intermitente.
- (D) espalha-se; acelera; interminável.
- (E) propaga-se; posterga; ininterrupto.

05. Na passagem do primeiro parágrafo do texto – **Supõe-se que o poder público se adiantaria com medidas de prevenção e tratamento**. Contudo, há décadas os números de casos e mortes só aumentam no Brasil. –, o trecho destacado e o trecho posterior expressam, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) contestação e concessão.
- (B) hipótese e adversidade.
- (C) afirmação e conclusão.
- (D) hipótese e comparação.
- (E) afirmação e explicação.

06. A reescrita de informações do texto em que se atende à norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) São Paulo é um desses grandes centros que convivem com o desmatamento para a construção de moradias.
- (B) Segundo a OMS, devem-se à urbanização descontrolada e ao sistema sanitário precário o descontrole da moléstia.
- (C) Aumenta-se, no verão, os casos de dengue e constata-se picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos.
- (D) Há picos epidêmicos da dengue a cada 4 ou 5 anos. Tratam-se, portanto, de situações de atuação previsível.
- (E) Ocorre a cada 4 ou 5 anos os picos epidêmicos da dengue, por isso é enfermidade de atuação previsível.

07. No trecho do primeiro parágrafo – A dengue é uma doença periódica e cíclica: os casos crescem no verão e há picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos. Trata-se, portanto, de enfermidade de atuação previsível. –, os dois-pontos e as vírgulas são empregados, correta e respectivamente, para sinalizar

- (A) o resumo das informações precedentes; separar expressão adverbial.
- (B) a inclusão de um contra-argumento; separar conjunção condicional.
- (C) a retificação de uma informação; separar aposto explicativo.
- (D) o detalhamento de uma informação; separar conjunção conclusiva.
- (E) a inclusão de informação nova; separar oração intercalada.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

Minha empregada, Mme. Thérèse, que já ia se conformando em ser chamada de dona Teresa, caiu doente. Mandou-me um bilhete com a letra meio trêmula, falando em reumatismo. Dias depois apareceu, mas magra, mais pálida e menor; explicou-me que tudo fora consequência de uma corrente de ar. Que meu apartamento tem um *courant d'air* terrível, de tal modo que, _____, chegando em casa, nem teve coragem de tirar a roupa, caiu na cama. “Dói-me o corpo inteiro, senhor; o corpo inteiro.”

O mesmo caso, ajuntou, houve cerca de 15 anos atrás, quando trabalhava em um apartamento que tinha uma corrente de ar exatamente igual _____ essa de que hoje sou sublocatário. Fez uma pausa. Fungou. Contou o dinheiro que eu lhe entregava, agradeceu _____ dispensa do troco. Foi lá dentro apanhar umas pobres coisas que deixara. Entregou-me a chave, fez qualquer observação sobre o aquecedor _____ gás – e depois, no lugar de sair _____ rua, deixou-se ficar imóvel e calada, de pé, em minha frente.

(Rubem Braga, “Dona Teresa”. 200 crônicas escolhidas. Adaptado)

08. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) aquela tarde ... à ... à ... à ... a
- (B) àquela tarde ... a ... a ... a ... à
- (C) àquela tarde ... à ... à ... a ... a
- (D) aquela tarde ... a ... a ... à ... à
- (E) àquela tarde ... à ... a ... a ... à

09. Assinale a alternativa em que o primeiro termo destacado é um pronome com valor possessivo, e o segundo, um adjetivo.

- (A) “Dói-**me** o corpo inteiro, senhor; o corpo **inteiro**.”
- (B) ... já ia **se** conformando em ser chamada de dona Teresa, caiu **doente**.
- (C) Mandou-**me** um bilhete com a letra **meio** trêmula, falando em reumatismo.
- (D) O **mesmo** caso, ajuntou, houve cerca de 15 anos **atrás**...
- (E) Entregou-me a chave, fez **qualquer** observação **sobre** o aquecedor...

10. Nos enunciados reescritos a partir das informações do texto, a colocação pronominal e a regência atendem à norma-padrão em:

- (A) Dona Teresa me contou que, há cerca de 15 anos atrás, tinha exposto-se em uma corrente de ar em um outro apartamento.
- (B) Não fosse a corrente de ar que lhe acometera, Mme. Thérèse já teria-se conformado em ser chamada de dona Teresa.
- (C) Eu entreguei o dinheiro a dona Teresa, ela contou-o. Depois foi lá dentro apanhar umas pobres coisas que se esquecera.
- (D) Quando voltou, Mme. Thérèse informou-me de que sua debilidade era proveniente de uma corrente de ar no meu apartamento.
- (E) Dona Teresa certamente vira-se abalada com a corrente de ar, pois veio no meu apartamento magra, mais pálida e menor.

11. O preço unitário de venda de um produto, que era praticado em 2020, teve um único aumento, em 2021, de 10%. Em 2022, foi concedido, sobre o preço de venda reajustado em 2021, um único desconto de 5%.

É correto afirmar que o desconto concedido em 2022 correspondeu, do preço do produto que era praticado em 2020, a:

- (A) 4,5%
- (B) 5,0%
- (C) 6,0%
- (D) 6,5%
- (E) 5,5%

12. Três terrenos retangulares, um ao lado outro, têm as laterais com a mesma medida. O primeiro terreno tem a medida de frente correspondente a 3 m a menos que metade da medida lateral; o segundo terreno tem medida de frente correspondente à quinta parte da medida lateral; e o terceiro terreno tem 9 m a mais de frente que tem o segundo terreno.

Sabendo-se que a média aritmética simples das áreas dos três terrenos é 850 m^2 , a medida da frente do primeiro terreno é de

- (A) 18 m.
- (B) 19 m.
- (C) 22 m.
- (D) 20 m.
- (E) 21 m.

13. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- I. Se o evento é hoje, então descansei ontem.
- II. O evento não é hoje ou amanhã vou descansar.
- III. Ou estudo hoje ou não descansarei amanhã.
- IV. Não descansarei amanhã.

Uma conclusão verdadeira que se pode extrair das informações apresentadas é:

- (A) Estudo hoje.
- (B) Não estudo hoje.
- (C) Não descansei hoje.
- (D) O evento é hoje.
- (E) Descansei ontem.

14. Considere a seguinte afirmação: "Existe, pelo menos, um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso."

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- (A) Todos os candidatos não dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.
- (B) Existe candidato que, se foi aprovado no concurso, então dormiu bem à noite.
- (C) Não existe candidato que não dormiu bem à noite e foi aprovado no concurso.
- (D) Existe mais de um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso.
- (E) Todos os candidatos dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.

15. Uma senha de seis dígitos, todos numéricos, corresponde ao 10º elemento da seguinte sequência numérica:

2, 11, 47, 191, 767, 3071, ...

Considerando-se que a senha seja **mpqxyz**, em que **m**, **p**, **q**, **x**, **y**, **z** representam os algarismos dessa senha, o número que representa **y** é

- (A) 7.
- (B) 5.
- (C) 3.
- (D) 1.
- (E) 9.

16. Hermes é servidor público federal e, injustificadamente, recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.112/90, no tocante às penalidades disciplinares cabíveis, é correto afirmar que Hermes está sujeito à

- (A) suspensão de até 30 (trinta) dias, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.
- (B) suspensão de até 15 (quinze) dias, mas, por conveniência do serviço, a penalidade poderá ser convertida em multa, ficando obrigado a permanecer em serviço.
- (C) suspensão de até 15 (quinze) dias, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.
- (D) advertência e, não atendida a determinação pela segunda vez, multa de até 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.
- (E) advertência e, não atendida a determinação pela segunda vez, suspensão por até 30 (trinta) dias.

17. Simplício, no exercício de suas funções como servidor público, exigiu dolosamente de Tércio, um cidadão, taxa em valor superior ao devido por um serviço público prestado e, ainda, não recolheu aos cofres públicos a importância paga por Tercio, tendo desviado o dinheiro em proveito próprio.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que Simplício cometeu o crime de

- (A) corrupção ativa.
- (B) peculato mediante erro de outrem.
- (C) excesso de exação e peculato.
- (D) excesso de exação qualificado.
- (E) peculato qualificado.

18. Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário e seus órgãos, assinale a alternativa correta.

- (A) Com exceção das falências, dos acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, aos juízes federais compete processar e julgar causas em que a União for autora, ré, assistente ou oponente e as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- (B) É da competência dos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, exceto os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- (C) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, entre eles um quinto dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um quinto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- (D) Os Tribunais Regionais Federais terão em sua composição, além de advogados e membros do Ministério Público Federal, juízes federais, por meio de promoção, com mais de 10 (dez) anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.

19. Assinale a alternativa que está de acordo com a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando os termos da Resolução CNJ nº 400/2021 no tocante ao Plano de Logística Sustentável (PLS).

- (A) O relatório de desempenho do PLS deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao órgão gestor do Supremo Tribunal Federal, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.
- (B) A Presidência de cada tribunal do Poder Judiciário proporá a revisão do plano, que será promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos.
- (C) As aquisições e contratações efetuadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, salvo na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis utilizados na função jurisdicional.
- (D) O PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que objetivem um ambiente de trabalho sustentável e harmonioso aos servidores.
- (E) O Balanço Socioambiental do Poder Judiciário passa a ser denominado Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e será elaborado e publicado, anualmente, pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.

20. No tocante ao tema da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, a Resolução CNJ nº 325/2020 dispõe que a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário é de responsabilidade de ministros, conselheiros, magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

E, nesse sentido, a Estratégia do Judiciário é executada de forma colaborativa e participativa sob a coordenação

- (A) do Coordenador Geral de Assuntos Estratégicos do Poder Judiciário.
- (B) do Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) dos Conselhos de Justiça.
- (D) da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
- (E) do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Considerando a doutrina sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal, pelo seu elevado grau de aplicabilidade, não contempla as denominadas normas constitucionais de princípio institutivo.
- (B) A vedação de servidor, participante de regime próprio, filiar-se ao regime geral de previdência social como segurado facultativo é norma de eficácia plena.
- (C) O direito ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda é norma constitucional de eficácia plena.
- (D) O procedimento de criação de municípios, estabelecido na CF, é exemplo de norma constitucional de eficácia contida.
- (E) A norma constitucional que assegurou autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas Estaduais é de eficácia contida.

22. Assinale a alternativa que está em conformidade com a Constituição Federal no que tange aos direitos e garantias fundamentais.

- (A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado por crime comum, nem o estrangeiro que tenha contraído matrimônio com brasileira ou tenha filho brasileiro.
- (B) Viola o princípio constitucional do juiz natural convocação de desembargadores para atuar nos tribunais superiores, com base em Regimento Interno.
- (C) O particular, como cidadão, não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face da Mesa do Senado na defesa de interesse de toda a coletividade.
- (D) O sigilo profissional e a inviolabilidade domiciliar, constitucionalmente assegurados, vedam o cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.
- (E) A vedação de prisão civil por dívida alcança o responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, mas protege o depositário infiel.

23. Determinado município encaminhou pedido à Justiça Eleitoral para que nas próximas eleições municipais seja realizada, concomitantemente, uma consulta popular sobre uma questão de interesse local.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa que representa a correta resposta ao referido pleito municipal.

- (A) A consulta não poderá ser realizada concomitantemente com as eleições, para evitar vício eleitoral, devendo ser realizada em momento distinto, até 6 (seis) meses antes ou depois do pleito eleitoral.
- (B) A consulta popular deverá ser aprovada pela Câmara Municipal e encaminhada à Justiça Eleitoral até 6 (seis) meses antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (C) A consulta popular poderá ser realizada, e as manifestações favoráveis e contrárias às questões ocorrerão durante as campanhas eleitorais, com a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- (D) A consulta popular poderá ser realizada, mas as manifestações favoráveis e contrárias às questões ocorrerão fora do período das campanhas eleitorais, com a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- (E) A consulta popular deverá ser aprovada pela Câmara Municipal e encaminhada à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

24. Considerando o disposto na Constituição Federal no tocante às normas que regulam a promoção dos magistrados, é correto afirmar que

- (A) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros.
- (B) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- (C) a promoção por merecimento pressupõe três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da respectiva lista de antiguidade.
- (D) a aferição do merecimento se dará pelo desempenho e pelos critérios subjetivos de produtividade e excelência no exercício da jurisdição.
- (E) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, devendo devolvê-los ao cartório em 24 horas, ainda que sem despacho ou decisão.

25. A Constituição Federal estabelece que se o Presidente do Tribunal retardar a liquidação regular de precatórios,

- (A) incorrerá em crime de responsabilidade, e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça, desde que sua conduta tenha sido dolosa.
- (B) responderá por falta disciplinar e, ainda, por crime de responsabilidade, desde que tenha havido conduta comissiva.
- (C) ficará sujeito à pena de exoneração do cargo e responderá por ato de improbidade administrativa, seja por ato omissivo ou comissivo.
- (D) incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça, por ato comissivo ou omissivo.
- (E) ficará sujeito à pena de exoneração do cargo e responderá por ato de improbidade administrativa, desde que a sua conduta tenha sido dolosa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. De acordo com Lei nº 8.112/1990, no que se refere às vantagens que se estabelecem em relação ao servidor, é correto afirmar que

- (A) aquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio, será concedida ajuda de custo.
- (B) havendo percepção de auxílio-moradia pelo servidor, no caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição, o auxílio continuará a ser pago por 90 dias.
- (C) o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas de municípios limítrofes, independentemente de haver pernoite fora da sede, fará jus a diárias.
- (D) quando, por força das atribuições que sejam próprias do cargo, o servidor realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, será indevida a indenização de transporte.
- (E) o servidor que trabalhe com habitualidade em local, concomitantemente, insalubre e perigoso, fará jus, cumulativamente, aos adicionais de insalubridade e periculosidade.

27. Segundo a disciplina da Lei nº 12.462/2011, assinale a alternativa correta no que concerne ao Regime Diferenciado de Contratações – RDC.
- (A) Do ato da administração pública que indefira a pré-qualificação do interessado, caberá recurso no prazo de 10 dias úteis contados da data da intimação ou lavratura da ata.
 - (B) No caso das contratações integradas, é permitida a participação direta ou indireta da pessoa jurídica participante do consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente.
 - (C) Nos contratos regidos pela referida lei, não poderá ser admitido o emprego de mecanismos privados de resolução de disputa, inclusive a arbitragem e a mediação, para dirimir conflitos decorrentes da sua execução ou a ela relacionados, aplicando-se, nesses casos, as normas de direito público em razão do interesse público que representam.
 - (D) É vedada a participação direta ou indireta da pessoa jurídica da qual o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de 5% do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado em licitação ou na execução do contrato, como consultor técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço do órgão ou entidade pública interessados.
 - (E) O licitante que ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado, ficará impedido de licitar e contratar com os entes federativos pelo prazo de 10 anos, bem como no descredenciamento dos sistemas de cadastramento, pelo mesmo prazo.
28. Considerando as disposições da Lei nº 8.249/1992, no que se refere ao instituto da prescrição, assinale a alternativa correta.
- (A) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo improrrogável de 360 dias úteis, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser o regulamento.
 - (B) Nas ações e nos acordos por ela regidos não haverá adiantamento de custas de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas.
 - (C) A instauração de inquérito civil ou processo administrativo para apuração dos ilícitos aos quais se refere interrompe o curso do prazo prescricional por, no máximo 180 dias úteis, iniciando sua contagem, por inteiro, após sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de interrupção.
 - (D) A ação para aplicação das sanções nela previstas prescreve em 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (E) O prazo prescricional de 10 anos se suspende pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
29. Acerca do Processo Administrativo Disciplinar, segundo o regramento que lhe é conferido pela Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que
- (A) o processo disciplinar poderá ser revisto, dentro do prazo de cinco anos contados da publicação da decisão, a pedido ou de ofício quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido, constituindo, a simples alegação de injustiça da penalidade, fundamento para a revisão.
 - (B) o processo administrativo disciplinar será conduzido por uma comissão composta por três servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão designados pela autoridade competente que escolherá, dentre eles, o presidente que poderá ser servidor de cargo efetivo ou em comissão, desde que seja do mesmo nível do indiciado.
 - (C) os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução e, na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, caso em que será imprescindível a imediata instauração do processo disciplinar.
 - (D) o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação, por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem.
 - (E) julgada procedente a revisão do processo administrativo disciplinar, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.
30. A extinção de ato administrativo válido por motivo de interesse público superveniente que o torna inconveniente ou inoportuno denomina-se
- (A) invalidação, gera efeitos *ex nunc* e está sujeita ao controle tanto da Administração Pública quanto do Poder Judiciário, por envolver matéria de mérito.
 - (B) revogação, gera efeitos *ex tunc* e atinge atos administrativos vinculados, em razão do princípio da autotutela.
 - (C) revogação, gera efeitos *ex nunc* e é declarada de ofício pela Administração Pública e atinge atos administrativos discricionários.
 - (D) invalidação, gera efeitos *ex nunc* e está sujeita ao controle exclusivo da Administração Pública, em razão do princípio da autotutela.
 - (E) invalidação, gera efeitos *ex tunc* e está sujeita ao controle exclusivo do Poder Judiciário, por envolver matéria de mérito.

31. Na repartição, há um servidor que sempre se coloca como o detentor da única e melhor forma de realizar a gestão. Em contrapartida, há outro que considera que sempre há mais de um modo de alcançar determinado objetivo. Este último modo de enxergar as questões organizacionais é um dos preceitos trazidos pela teoria
- (A) estruturalista.
 - (B) científica.
 - (C) das relações humanas.
 - (D) contingencial.
 - (E) dos sistemas.
32. Qual teoria da liderança situacional defende que quanto mais maduro o seguidor, menos intenso deve ser o uso da autoridade pelo líder e mais intensa a orientação para o relacionamento, e, inversamente, quanto mais imaturo o seguidor, maior intensidade no uso da autoridade, com menor ênfase no relacionamento?
- (A) Modelo de Hersey-Blanchard.
 - (B) Modelo de Fiedler.
 - (C) Modelo de Tannenbaum e Schmidt.
 - (D) Grade Gerencial de Blake e Mouton.
 - (E) Teoria dos Traços de Liderança.
33. Com vistas a permitir maior celeridade na gestão processual, a adoção de um novo sistema vem sendo discutida em um órgão do Poder Judiciário. Para ajudar nessa decisão, foi utilizada uma técnica de representação gráfica de alternativas, incluindo as probabilidades dos resultados associados a cada uma das alternativas, denominada
- (A) Árvore de Decisão.
 - (B) Diagrama de Ishikawa.
 - (C) Matriz de Prioridades.
 - (D) Diagrama de Pareto.
 - (E) Método de Delineamento de Problemas Organizacionais (MDPO).
34. Na gestão de um importante projeto público, uma equipe de trabalho reúne-se diariamente, por no máximo 15 minutos, e cada integrante responde a questões como “o que eu fiz ontem?”, “o que eu vou fazer de agora em diante?” e “existe algum impedimento para realizar minhas atividades?”. Essa atividade diz respeito a uma das características da metodologia ágil:
- (A) Lean.
 - (B) Kanban.
 - (C) Feature-driven Development (FDD).
 - (D) eXtreme Programming (XP).
 - (E) Scrum.

35. Um órgão público necessita redesenhar seus processos e escolheu uma notação de modelagem de processos que contempla elementos como atividades, eventos, decisões, piscinas, raias e conectores, sendo conhecida como
- (A) PDCA.
 - (B) BPMN.
 - (C) 5W2H.
 - (D) GUT.
 - (E) SWOT.

**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
E ORÇAMENTO PÚBLICO**

36. Configura-se como um exemplo de dívida ativa tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de
- (A) descumprimento de contrato com a União.
 - (B) custa processual.
 - (C) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - (D) Imposto de Renda.
 - (E) multa trabalhista.
37. No ano passado, um órgão do Poder Judiciário realizou a aquisição de computadores. Dito isso, é correto afirmar que se essa despesa foi
- (A) empenhada e não liquidada no exercício financeiro da aquisição, ela foi inscrita em restos a pagar processados.
 - (B) liquidada e paga no exercício financeiro da aquisição, ela foi inscrita em restos a pagar não processados.
 - (C) liquidada e não paga no exercício financeiro da aquisição, ela foi inscrita em restos a pagar processados.
 - (D) não liquidada e não paga no exercício financeiro da aquisição, ela foi inscrita em restos a pagar processados.
 - (E) empenhada, liquidada e paga no exercício financeiro da aquisição, ela foi inscrita em restos a pagar processados.
38. A União apresentou, em determinado período de apuração, receita corrente líquida (RCL) no valor de R\$ 1 bilhão. Assim, o limite da despesa total com pessoal do Poder Judiciário federal é de
- (A) R\$ 30 milhões.
 - (B) R\$ 20 milhões.
 - (C) R\$ 2 milhões.
 - (D) R\$ 60 milhões.
 - (E) R\$ 6 milhões.

39. O Poder Executivo deve destinar os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive os créditos suplementares e especiais, em duodécimos, aos órgãos do Poder Judiciário, até o dia
- (A) 20 de cada mês.
 - (B) 15 de cada mês.
 - (C) 5 de cada mês.
 - (D) 10 de cada mês.
 - (E) 1º de cada mês.
40. A abertura de modalidade de crédito adicional destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento é uma das ressalvas ao princípio orçamentário
- (A) do orçamento bruto.
 - (B) da unidade ou totalidade.
 - (C) da universalidade.
 - (D) da não-vinculação.
 - (E) da exclusividade.

GESTÃO DE PESSOAS

41. Em decorrência da competitividade acirrada gerada pelo desenvolvimento tecnológico e pelo processo de globalização das últimas décadas, a forma de administrar em geral, incluída a gestão de pessoas, vem-se modificando significativamente nas organizações, fazendo com que
- (A) os trabalhadores de modo geral tenham menor necessidade de saber se relacionar com as pessoas no contexto organizacional, dado que um maior nível de conhecimento técnico torna menos relevantes as questões ligadas ao relacionamento humano.
 - (B) a Gestão de Pessoas, que é a observação e o acompanhamento do comportamento humano nas organizações, tenha sua importância reduzida, dada a facilidade em se encontrar profissionais com bom preparo no emprego de novas tecnologias de informação.
 - (C) as empresas dediquem menos tempo a atividades de integração de pessoas e grupos, uma vez que o engajamento das pessoas em seu ambiente de trabalho tem ocorrido mais naturalmente, ou seja, sem a necessidade de o corpo diretivo investir em ações com tal objetivo.
 - (D) seus dirigentes busquem novas alternativas para gerir pessoas, cujo grande desafio é reconhecer em cada colaborador a sua individualidade e saber gerenciá-lo dentro desse ambiente de diversidade.
 - (E) ocorra, por parte dos gestores, uma menor preocupação em harmonizar as necessidades dos funcionários com as da organização, bem como menor ênfase em desenvolvimento pessoal e profissional, de modo a tornar cada colaborador responsável por seu desenvolvimento.

42. Existem diversas teorias sobre motivação. Uma delas é a primeira das teorias de motivação relacionadas com o processo motivacional. Tem como base a comparação que comumente as pessoas fazem a respeito de suas contribuições à organização e de suas recompensas recebidas, em relação às contribuições e recompensas dos outros.

Trata-se da teoria

- (A) das necessidades adquiridas, de McClelland.
 - (B) da expectância, de Vroom.
 - (C) da hierarquia das necessidades, de Maslow.
 - (D) da equidade, de Adams.
 - (E) da definição de objetivos, de Locke.
43. Assinale a alternativa em que todos os procedimentos citados são considerados técnicas de seleção de pessoas, geralmente utilizadas para a escolha dos ocupantes de cargos nas organizações.
- (A) Contatos com escolas e universidades, recrutamento externo, autoavaliação do candidato, indicação feita por funcionários.
 - (B) Recrutamento virtual, quadro de avisos na portaria, consulta aos arquivos de candidatos, entrevista de triagem.
 - (C) Entrevista preliminar, entrevista técnica, testes de aptidões, técnicas de simulação.
 - (D) Anúncios em jornais e revistas, descrição de cargo, avaliação de desempenho, entrevista de desligamento.
 - (E) Análise de cargo, quadro de avisos na portaria, anúncio em empresas de consultoria, redação de um texto técnico.

44. Você trabalha em uma grande empresa hoteleira, a Great, como consultor interno de Recursos Humanos. Tal empresa tem adquirido gradualmente várias redes hoteleiras. No momento, um grande desafio enfrentado na condução do negócio é a diferença cultural entre as organizações adquiridas pela Great. Enquanto esta é uma empresa dinâmica e empreendedora, as empresas adquiridas, que agora estão em processo de fusão com a nova empresa proprietária, se caracterizam por uma cultura tradicionalista, paternalista e autocrática.

A Direção da empresa pede que você mostre um caminho que resolva da melhor forma possível o problema em questão. Aponte, entre as alternativas a seguir, a que representa a melhor medida a ser tomada prioritariamente.

- (A) Evitar informações sobre histórias e folclore organizacional, uma vez que dificultam a compreensão da missão, visão e valores básicos da organização.
- (B) Investir, especialmente entre os funcionários que vieram das empresas adquiridas, na aprendizagem de valores, em normas e padrões de comportamento, por meio da socialização organizacional.
- (C) Definir e estimular, junto ao corpo gerencial, a ocorrência de práticas que permitam emergir os valores organizacionais predominantes entre os funcionários que pertenciam às empresas adquiridas.
- (D) Implementar ações nas áreas operacionais da empresa, de modo a facilitar a comunicação dos trabalhadores sobre os novos objetivos organizacionais.
- (E) Realizar cursos ou treinamentos voltados a ampliar os conhecimentos técnicos de todos os membros da organização.

45. As organizações estão cada vez mais interessadas em localizar e distinguir suas competências e, dessa forma, têm criado categorias distintivas. Para que uma competência seja incluída na categoria *essencial à organização*, ela precisa atender simultaneamente a três condições.

Escolha a alternativa que apresenta corretamente essas condições.

- (A) Ser alicerce para variadas atividades da organização; demonstrar fácil adaptação às exigências do ambiente interno; ser pouco ligada às vantagens competitivas para a organização.
- (B) Ser desvinculada do aprendizado dos funcionários da organização; servir de base especificamente para os serviços e produtos atuais; ser dependente do estímulo efetuado pelas lideranças organizacionais.
- (C) Agregar valor de forma consistente aos seus clientes; ser capaz de diferenciar e distanciar a organização de seus concorrentes; ter capacidade de expansão, favorecendo o futuro crescimento da organização.
- (D) Ter valor percebido pelos funcionários; ser pouco diferenciada frente às empresas competidoras; ter capacidade de sustentar a manutenção dos produtos e serviços existentes.
- (E) Caracterizar-se como uma habilidade isolada; ser basicamente representada pelos processos de racionalização do trabalho; ser capaz de propiciar uma profunda reflexão individual.

46. Com relação ao Lote Econômico de Compra, é correto afirmar que

- (A) é um modelo matemático que visa definir a quantidade ideal de produtos a ser comprada por lote com o objetivo de encontrar o equilíbrio entre as vantagens e as desvantagens de manter o estoque, minimizando o custo total.
- (B) gira em torno de um ponto referencial, visando uma economia na compra de um determinado produto e que compreende o menor custo total quando ocorre uma divergência entre o custo do pedido e o custo de posse.
- (C) é a quantidade de um determinado produto em estoque que, ao ser atingida, não requer um novo pedido de compra, uma vez que não contribui para a garantia da continuidade do processo produtivo.
- (D) é um indicador que reflete a quantidade média de produtos adquiridos por lote, pressupondo a variação da demanda, que não é uniforme, e os descontos aplicados aos custos variáveis de estoque.
- (E) é uma metodologia que se refere à quantidade de material a ser adquirido para obtenção do mínimo custo total, desconsiderando-se as despesas de armazenagem, os juros do capital empatado, a falta de estoque e as despesas gerais de compra.

47. Quando a licitação envolver o fornecimento de bens, uma das hipóteses em que a Administração Pública poderá, excepcionalmente, indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que isso seja que formalmente justificado é

- (A) resultante de padronização do objeto, observada a identificação de determinada marca ou de modelos utilizados apenas como referência.
- (B) decorrente de declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão de nível federativo equivalente ao que tenha adquirido o referido produto.
- (C) o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, visando sempre que possível a economicidade, desde que observados os parâmetros de qualidade.
- (D) devido à necessidade de alterar a compatibilidade com plataformas e sistemas informatizados já adotados pelas entidades administrativas.
- (E) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor são os únicos capazes de atender às necessidades do contratante.

48. As organizações podem adotar vários tipos de classificação de materiais, dependendo do mercado em que atuam e dos seus objetivos. A classificação denominada de “Curva ABC”

- (A) é utilizada para determinar a importância dos materiais em decorrência do valor expresso pelo próprio consumo em determinado período.
- (B) objetiva verificar se os materiais utilizados são de fácil ou difícil aquisição, visando agilizar a reposição e evitar a falta deles.
- (C) avalia o grau de criticidade ou de dificuldade para a obtenção do material, considerada a sua importância operacional para a organização.
- (D) considera os materiais de reposição específica, em que demanda não é previsível e a decisão de estocar tem como premissa o risco.
- (E) se refere ao critério que evidencia a popularidade dos materiais em estoque, consideradas as suas movimentações durante um certo período.

49. A gestão patrimonial pode ser entendida como o balanço realizado para manter o controle de custos e o acompanhamento do patrimônio de uma organização, sendo o inventário patrimonial um dos instrumentos dessa gestão.

Considerando-se o exposto, assinale a alternativa que está em desacordo com um dos objetivos desse inventário.

- (A) Embasar tomadas de decisões assertivas e seguras aos gestores, visando evitar ou minimizar prejuízos financeiros.
- (B) Viabilizar, tempestivamente, informações aos órgãos fiscalizadores, quando solicitadas.
- (C) Verificar a existência e a localização física dos bens, assim como o estado de conservação e perfeita caracterização desses.
- (D) Propiciar a correta contabilização dos passivos permanentes, permitindo a confrontação dos registros patrimoniais com os financeiros.
- (E) Oportunizar a regularização das inconsistências e permitir a apuração de responsabilidades quando se fizer necessário.

50. No que tange aos métodos de previsão de demanda, é correto afirmar que

- (A) devem ser táticos para aumentar a eficiência operacional, resultando em ganhos como redução de recursos e de custos.
- (B) são direcionados para atender as generalidades de um negócio, como sazonalidades, durabilidade do produto e desafios logísticos.
- (C) possibilitam acesso a informações sobre a demanda de um produto, comparando os resultados passados com previsões futuras para o setor.
- (D) permitem visualizar, analisar e prever o padrão de consumo dos clientes, como também realizar as estimativas para o estoque.
- (E) avaliam a inserção de estoque de novos produtos, de modo a criar um plano alternativo para mitigar situações de vulnerabilidade financeira.

CONTABILIDADE PÚBLICA

51. No que tange à estrutura conceitual para elaboração e divulgação da informação contábil, é correto afirmar:

- (A) todas as entidades governamentais dependem de dois tipos de informações financeiras, sendo (i) Estatísticas de Finanças Públicas do Setor Governo Geral, com o propósito de permitir a análise macroeconômica; e (ii) Demonstrações Contábeis de Propósito Geral para a responsabilização e tomada de decisão em relação à entidade.
- (B) os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados exclusivamente ao controle orçamentário e de responsabilização das origens ao fornecimento de informações ao setor privado.
- (C) no setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos, e não para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
- (D) as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral são tempestividade, materialidade, competência, transparência e eficiência.
- (E) governos e outras entidades do setor público podem manter itens que contribuam para o legado cultural e histórico da nação ou da região, como, por exemplo, eventos culturais e socioambientais.

52. Os ativos que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado são denominados ativos

- (A) Patrimoniais.
- (B) de infraestrutura.
- (C) Públicos.
- (D) de longo prazo.
- (E) Permanentes.

53. Segundo os preceitos da contabilidade orçamentária e financeira, uma entidade pública deverá classificar os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, como

- (A) contas a pagar serviços e insumos.
- (B) dívida pública consolidada.
- (C) dívida pública fundada.
- (D) os serviços da dívida a pagar.
- (E) dívida flutuante.

54. Uma entidade pública emitiu títulos públicos, sem cupons, em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$5.000.000,00, para resgate em um ano, portanto considerado de curto prazo, e juros pós-fixados. Em 31 de janeiro de 2023, o valor dos juros calculados pelo índice estipulado em contrato foi de R\$ 89.000,00.

Nesse caso, a apropriação patrimonial dos encargos nesse primeiro mês será:

- (A) D Juros e Encargos da Dívida Mobiliária
C Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo (P)
- (B) D Crédito Disponível
C Crédito Empenhado a Liquidar
- (C) D Debêntures e Outros Títulos de Dívida juros e encargos – Dívida imobiliária
C Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo – Juros e Encargos a Pagar
- (D) D Crédito Empenhado a Liquidar
C Juro Empenhado em Liquidação
- (E) D Disponibilidade por Destinação de Recursos
C Juros e Encargos da Dívida Mobiliária

55. Uma determinada entidade pública apresentou, hipoteticamente, os seguintes valores extraídos da contabilidade em 31 de dezembro de 2023:

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte

► R\$ 130.630.000,00

Saldo em Espécie do Exercício Anterior

► R\$ 115.200.000,00

Em 31 de dezembro de 2023, esses valores em reais representam, de acordo com as demonstrações contábeis aplicadas do setor público,

- (A) resultado líquido dos fluxos de caixa das operações.
- (B) resultado financeiro do exercício.
- (C) fluxo de caixa das operações de financiamento.
- (D) geração líquida de caixa e equivalente de caixa.
- (E) capital circulante líquido.

DIREITO DO TRABALHO

56. Sobre o Princípio da singularidade do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Expressa que para cada decisão é possível a interposição de apenas um recurso, ainda que cabível a interposição de Recurso Especial e Extraordinário.
- (B) Também é conhecido como princípio da unirrecorribilidade.
- (C) Norteia que os recursos não podem ser utilizados sucessivamente, mas sim simultaneamente, obedecendo-se à ordem de hierarquia dos órgãos jurisdicionais.
- (D) É o princípio que autoriza a interposição de mais de um recurso referente à mesma decisão prolatada.
- (E) A apresentação de novo recurso tratando da mesma matéria do anterior, que não fora recebido por intempestivo, não ferirá este princípio.

57. Assinale a alternativa correta nos termos da CLT.

- (A) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- (B) Sempre que uma ou mais empresas integrarem grupo econômico, serão responsáveis subsidiariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- (C) Caracterizará grupo econômico a mera identidade de sócios entre empresas.
- (D) Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, ainda que haja a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- (E) O sócio retirante responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, nas ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.

58. Sobre o aviso prévio, nos termos da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de aviso prévio por parte do empregado não dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.
- (B) Não é devido o aviso prévio na despedida indireta.
- (C) Tratando-se de salário pago na base de tarefa, o cálculo será feito de acordo com a média dos últimos 6 (seis) meses de serviço.
- (D) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregado, será reduzido de 4 (quatro) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.
- (E) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

59. Com relação às atividades insalubres ou perigosas, assinale a alternativa correta nos termos da CLT.

- (A) O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o salário com os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
- (B) Não poderão ser descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.
- (C) Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade durante todo o período de afastamento.
- (D) O Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.
- (E) A empregada gestante deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres em grau máximo, médio ou mínimo, sem prejuízo de sua remuneração, perdendo o direito somente quanto ao valor do adicional de insalubridade enquanto durar seu afastamento.

60. Conforme previsão expressa na CLT, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, o contrato de trabalho poderá ser suspenso, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, por um período de:

- (A) um a seis meses, com aquiescência formal do empregado.
- (B) dois a seis meses, independentemente da aquiescência do empregado.
- (C) até cinco meses, sem a necessidade de aquiescência do empregado.
- (D) dois a cinco meses, com aquiescência formal do empregado.
- (E) até 12 meses, com aquiescência do empregado.

